

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de novembro de 2019, pelas 9 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

I Parte

Audição do Ministro da Administração Interna sobre o alegado envolvimento de funcionários do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras em ações de auxílio à imigração ilegal [a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP]

II Parte

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Deliberação de constituição de subcomissões;
3. Aprovação do plano de atividades para a 1.ª sessão legislativa;
4. Apreciação e votação dos seguintes requerimentos:
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para constituição de um grupo de trabalho para avaliação e ponderação das condições de trabalho das forças de segurança, com vista à formulação de propostas para a sua melhoria;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Ministra de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros sobre implementação de medidas de prevenção e combate à violência doméstica;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Diretor-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, sobre o programas dirigidos a agressores em contexto de violência doméstica;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), sobre o tratamento dado nos órgãos de comunicação social à violência sobre as mulheres, em particular, a violência doméstica;
5. Designação dos representantes dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão para membros do Conselho dos Julgados de Paz, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz;
6. Outros assuntos, incluindo distribuição de petições.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, teve início a audição do Senhor Ministro da Administração Interna (Eduardo Cabrita), sobre o alegado envolvimento de funcionários do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras em ações de auxílio à imigração ilegal, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

A audição foi iniciada com a apresentação do requerimento pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tendo o Senhor Ministro intervindo em resposta aos esclarecimentos solicitados.

Na primeira ronda, usaram da palavra para colocar questões que mereceram, a final, resposta conjunta do Senhor Ministro, as Senhoras e os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Mónica Quintela (PS), Beatriz Gomes Dias (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN) e André Ventura (CH).

Na segunda ronda, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), João Ataíde (PS), Telmo Correia (CDS-PP), André Ventura (CH), Mónica Quintela (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN), que mereceram resposta conjunta do Senhor Ministro. No final, usou da palavra, para defesa da honra, a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), tendo o Senhor Ministro dado explicações.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após uma curta interrupção, os trabalhos foram retomados com a distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

| N.º AUTOR | ASSUNTO | NOMEAÇÃO RELATOR |
|----------------------|---|---|
| PJL 87/XIV/1.ª (PS) | Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores | Deputada Joacine Katar Moreira (L) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 88/XIV/1.ª (PS) | Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal | Deputada Mónica Quintela (PSD) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 92/XIV/1.ª (PAN) | Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica | Deputada Elza Pais (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

| | | |
|-----------------------------|---|---|
| PJL 93/XIV/1.ª (PAN) | Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público | Deputada Isabel Alves Moreira (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 99/XIV/1.ª (PSD) | 4.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança | Deputado José Magalhães (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP, CSTAF e OA |
| PJL 101/XIV/1.ª (CDS-PP) | Agravamento da moldura penal para crimes praticados contra agentes das forças ou serviços de segurança (50.ª alteração ao Código Penal) | Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 104/XIV/1.ª (PS) | Procede à 50.ª alteração ao Código Penal, regulando as condições especiais para a prática de eutanásia não punível Obs: em conexão com a 9.ª Comissão | Deputada Sandra Pereira (PSD) Consultas a promover: CSMP, CSM, O.A, OM, OE, OPP e CNECV |
| PJL 109/XIV/1.ª (BE) | Regula as relações laborais na advocacia | Deputado Francisco Oliveira (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 112/XIV/1.ª (PSD) | 50.ª alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia | Deputada Inês de Sousa Real (PAN) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 113/XIV/1.ª (PAN) | Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade | Deputada Mónica Quintela (PSD) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 117/XIV/1.ª (PAN) | Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à 9.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro) | Deputada Constança Urbano de Sousa (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |
| PJL 118/XIV/1.ª (PCP) | Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade) | Deputada Romualda Fernandes (PS) Consultas a promover: CSM, CSMP e OA |

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

| N.º AUTOR | ASSUNTO | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO |
|-------------------------|---|---|
| PJR 45/XIV/1.ª (CH) | Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |
| PJR 67/XIV/1.ª (CH) | Recomenda ao governo a reorganização e reforço dos efetivos das forças de segurança | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |
| PJR 70/XIV/1.ª(CDS-PP) | Recomenda ao Governo que proponha ao Sr. Presidente da República a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de Novembro de 1975 | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |
| PJR 84/XIV/1.ª (PAN) | Pelo direito ao cartão de cidadão para as pessoas em situação de sem abrigo | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |
| PJR 88/XIV/1.ª (PSD) | Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

PROJETO DE DELIBERAÇÃO

| N.º AUTOR | ASSUNTO | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO |
|---------------------------|--|---|
| PJD 2/XIV/1.ª (CDS-PP) | Sessão Evocativa do Dia 25 de Novembro | Solicitado pelo proponente a apreciação em Plenário |

No segundo ponto da ordem de trabalhos, prosseguiu a apreciação das propostas de constituição de subcomissões. Após terem usado da palavra, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Cláudia Cruz Santos (PS), Mónica Quintela (PSD), Sandra Cunha (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN) e André Ventura (CH), foi deliberado, por consenso maioritário, propor ao Senhor Presidente da Assembleia da República a constituição de duas Subcomissões, com o âmbito que indicativamente se enuncia:

1 - *Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação*, com as seguintes áreas de intervenção:

- Igualdade de Género
- Violência doméstica
- Comunidade LGBT
- Tráfico de seres humanos
- Racismo
- Acolhimento de migrantes
- Crianças e jovens em perigo;

2 - *Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais*, com as seguintes áreas de intervenção:

- Direitos e deveres dos reclusos
- Medidas de segurança de internamento
- Penas alternativas à privação da liberdade
- Detenção em centros de instalação temporária
- Internamento em Centro Tutelar Educativo.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

No ponto seguinte, apreciado o Plano de Atividades da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa da presente Legislatura, foi o mesmo aprovado por unanimidade, na ausência da Deputada única representante do partido Livre.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, começou por ser discutido o requerimento do CDS-PP, propondo a constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar e ponderar as condições de trabalho das forças de segurança, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da Deputada única representante do partido Livre. O Senhor Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares e Deputados presentes que indicassem os respetivos representantes no referido grupo, ficando a coordenação por definir em momento ulterior.

Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou conjuntamente os três requerimentos do Grupo Parlamentar do PCP, versando o tema da violência doméstica: o primeiro para audição da Ministra de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros sobre a implementação de medidas de prevenção e combate à violência doméstica; o segundo para audição do Diretor-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais sobre os programas dirigidos a agressores em contexto de violência doméstica; e o terceiro para audição da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) sobre o tratamento dado nos órgãos de comunicação social à violência sobre as mulheres, em particular a violência doméstica, tendo deixado à consideração da Comissão o modo de realização das referidas audições, designadamente a ponderação de a audição da Ministra ser realizada no plenário da Comissão e as duas outras na Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, caso a sua constituição venha a ser autorizada pelo Presidente da Assembleia da República. No debate, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Cláudia Cruz Santos (PS) e André Ventura (CH). No final, procedeu-se à votação em separado dos três requerimentos, tendo sido aprovados, por unanimidade, na ausência do Livre, os dois primeiros requerimentos – a audição da Ministra de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros e a do Diretor-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais. O terceiro requerimento, para audição da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), foi aprovado com votos a favor

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

do PS, do PSD, do BE, do PCP, o CDS-PPP e do PAN e voto contra do Deputado único representante do partido Chega.

No quinto ponto, o Senhor Presidente informou que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP já haviam indicado os seus representantes para membros do Conselho dos julgados de Paz – a Senhora Deputada Mónica Quintela e o Senhor Deputado Telmo Correia, respetivamente -, tendo, naquele momento, os Grupos Parlamentares do PS e do PCP indicado respetivamente os Senhores Drs. António Ramos Preto e Luís Corceiro. Os Grupos Parlamentares do BE e do PAN informaram que indicariam mais tarde, até ao final do dia seguinte, os seus representantes nesse Conselho. A esse propósito, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) chamou a atenção para o facto de este Conselho funcionar sem meios e de os seus membros não serem remunerados.

No sexto ponto, reservado a outros assuntos, em matéria de admissão e distribuição de petições, foi deliberado o seguinte:

- sobre a Petição n.º [632/XIII/4](#) - Solicitam a adoção de medidas quanto ao Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Almeida -, apresentada pelo Movimento por Almeida Cidadania Digna e em Segurança (1437 assinaturas) e que transitara da anterior Legislatura, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) manifestou a sua vontade em manter-se como relator da mesma, proposta que foi aceite pelos presentes;
- A Petição n.º [649/XIII/4](#), que solicita a adoção de medidas para a promoção da justiça e combate contra a denegação desta, apresentada pelo Restaurante Muralha da Sé, Lda. ((José Ferreira da Costa), foi admitida, tendo sido deliberado não nomear relator por se tratar de petição individual;
- A Petição n.º [652/XIII/4](#) - impedimento de tomada de posse da Joacine Katar Moreira, foi indeferida liminarmente.

Por último, e na sequência da audição do Senhor Ministro da Administração Interna desse dia, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou oralmente um requerimento no sentido de a Comissão ser habilitada com cópia dos relatórios finais

Aprovada em 04-12-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

dos processos disciplinares de funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e respetivo despacho de arquivamento, de 24 de outubro de 2017, a que se aludiu na referida audição. Tendo havido consenso dos Grupos Parlamentares e Deputados presentes no sentido de se proceder à votação do requerimento, apesar de o mesmo não constar da ordem de trabalhos e das dúvidas a esse propósito suscitadas nomeadamente pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), foi o mesmo submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência da Deputada única representante do partido Livre, não sem antes a Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) se ter manifestado no sentido de que o voto favorável do requerimento pelo PS assentaria no pressuposto, muito questionável, do carácter público de tais documentos.

O Senhor Presidente recordou que na reunião seguinte, no dia 4 de dezembro, teria lugar a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação do parecer sobre o funcionamento do SIRP – ano de 2018 e primeiro semestre de 2019, audição a realizar conjuntamente com a Comissão de Defesa Nacional. Mais informou que, em relação aos tempos de intervenção, seguiria a metodologia adotada na audição com o Ministro da Administração Interna.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de novembro de 2019

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joana Sá Pereira
João Ataíde
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Emília Cerqueira
Fernando Negrão
José Cancela Moura
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joacine Katar Moreira